

Questão Discursiva 01916

Durante o ano de 2010, o Município ■T■ concedeu subvenção social à Associação ■S■ para a instalação de projetos de assistência social para crianças com até seis anos de idade, totalizando o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Ao final do exercício, foi encaminhada ao competente Tribunal de Contas do Estado (TCE) a prestação de contas dos recursos subvencionados. Em sua análise, o TCE detectou algumas irregularidades e, após o devido processo legal, oportunizando o contraditório e a ampla defesa aos interessados, imputou débito de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ao Prefeito responsável pela concessão da subvenção e, solidariamente, à entidade subvencionada.

Considerando a situação hipotética apresentada, responda aos questionamentos a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

A) É juridicamente possível ao TCE, na análise da referida prestação de contas, imputar o débito à entidade privada?

B) Qual a natureza jurídica da decisão do TCE que resultou em imputação de débito por dano causado ao erário?